

LEGADO AMBIENTAL VERSUS CONFLITOS DE USO DA ÁGUA: A BAÍA DE GUANABARA NO CONTEXTO DOS PREPARATIVOS PARA OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS.

Rayanne Mendonça Borges¹; Maria Angélica Maciel Costa²;

1. Bolsista PROIC, Discente do curso de Turismo, DAT/UFRRJ/IM; 2. Professor Orientador do DAT/UFRRJ/IM.

Palavras-chave: Recursos Hídricos, Baía de Guanabara, Conflitos Ambientais.

Introdução

Nas últimas décadas, o processo de expansão econômica do Rio de Janeiro, associado a urbanização crescente de toda a sua região metropolitana, intensificou o processo de uso dos recursos hídricos, alterando significativamente o “Ciclo Hidrossocial das Águas” (SWYNGEDOW, 2003) para satisfazer às necessidades humanas, industriais e econômicas. Deste modo, impactos e desequilíbrios socioambientais tornaram-se frequentes, como as questões de poluição e conflitos sociais. Diante deste quadro, selecionamos a Baía de Guanabara, para que, assim, seja possível analisar as relações de poder que estão presentes nas decisões políticas relativas ao uso da água e suas influências sobre esta região hidrográfica. A Baía de Guanabara tem se tornado alvo de muitas pesquisas referentes à qualidade da água que apresenta, pois é receptora de despejo e poluição oriunda de fontes diversas. Muitas discussões têm sido direcionadas aos megaeventos que irão ocorrer na cidade do Rio de Janeiro e, por isso, é desejado que o projeto de despoluição da seja um legado olímpico favorável para a cidade.

Metodologia

Com base em métodos qualitativos de pesquisa (MINAYO, XY), buscamos analisar o conjunto de relações que envolvem os acontecimentos que vem ocorrendo na Baía de Guanabara. Para tanto, lançamos mão da técnica “análise de conteúdo” ao interpretar o conteúdo das entrevistas e atas de reuniões de colegiados de gestão ambiental, reportagens e outros documentos relativos à Baía de Guanabara. Os colegiados citados anteriormente são o Fórum dos atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAAP) e Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara (CBH Guanabara). Além disso, utilizamos dados da Agência Nacional das Águas (ANA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para analisar a situação dos recursos hídricos no cenário atual. Por meio de reuniões, entrevistas e documentos bibliográficos, foi possível compreender as vertentes abordadas pelo tema, a fim compreender os interesses em jogo na gestão da Baía de Guanabara e o desenvolvimento desse processo.

Resultados

Nas últimas décadas a preocupação em torno dos conflitos ambientais tem gerado grandes mudanças na sociedade, tendo em vista a mobilização dos movimentos ambientalistas e às organizações de defesa ao meio ambiente que, frequentemente, se opõe e criam formas de resistência ao sistema. Como apresentado acima, os Comitês de Bacia (instituídos pela Lei 9433/1997) são organismos colegiados deliberativos, que fazem parte do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, contribuindo para que todos os setores da sociedade sejam representados no processo decisório na gestão destes recursos. No caso da Baía de Guanabara, devido a sua extensão territorial, existem 6 subcomitês para discussões regionalizadas. Nesta pesquisa, buscamos analisar o papel do subcomitê oeste, escolhido por compreender a área oeste da Baía de Guanabara, que nos deu uma compreensão da temática, destacando o envolvimento do grupo em questões de defesa ao interesse comum, a água, englobado aspectos de distribuição desigual e o uso inadequado. Analisando as atas das reuniões, entrevistas realizadas e os documentos bibliográficos, notamos que o Estado e a sociedade civil traçam

discursos sobre a democratização do processo de decisões em torno deste assunto, contudo, o que se assiste, é a potencialização dos conflitos relacionados à apropriação dos recursos hídricos (vide o caso dos pescadores artesanais na Baía de Guanabara, por exemplo). Os grandes projetos e obras consideram impactos físicos, econômicos e sociais, afetando estilos de vida e comunidades que veem seu território e recursos transformar-se em valor de troca, ou seja, água somente para quem tem poder, tais como os dados apresentados pela Agência Nacional das Águas (2015) quanto à avaliação de oferta de água nos municípios da baixada que prevê a adequação do sistema para o abastecimento da demanda. A desigualdade e injustiça ambiental se escondem sobre ações políticas de gestão de recursos hídricos, tais como os interesses de determinadas organizações, que se sobrepõe ao interesse público. Verificamos que os discursos ambientais, em sua maioria, estão associados à interesses próprios definidos como interesses sociais, tais como as indústrias de petróleo e petroquímica que, por um lado, fomentam o desenvolvimento econômico da região, e por outro, causam impactos sociais e ambientais. Nesta corrente de estudo identificamos que o processo de análise dos grupos de mobilização e dos atores envolvidos nesta abordagem é de grande importância para compreender as relações de poder, tais como o CBH Guanabara e o FAAP, posicionando-se como facilitadoras do diálogo com o sistema e facilitando a representação de parcelas da sociedade que buscam processos de decisão mais democráticos. A sociedade civil pode influenciar a mudança de pensamentos e inclusive, reforçar os valores da comunidade. Quando tratamos de recursos hídricos, pode-se perceber que a mediação dos conflitos não é feita de forma positiva levando em consideração o desenvolvimento social, conseqüentemente, as disputas transformam-se em um jogo de interesses. Os atores envolvidos, principalmente o segmento sociedade civil, garantem o processo de mobilização a partir dos movimentos sociais tais como entidades ambientalistas, ONG's, mobilização de moradores, grupos cujo controle e organização, tem como objetivo ser capaz de compreender e interferir na tomada de decisões. Estas mobilizações, por sua vez, são formas democráticas de manifestar cidadania política. Tal perspectiva compreende, assim, que os conflitos geram um processo de mudança cultural na sociedade, e que resistir e lutar faz parte de um aprendizado político para os cidadãos.

Conclusão

Com este trabalho procuramos, assim, traçar os principais desafios e reflexos que norteiam a gestão participativa de recursos hídricos, oferecendo exemplos que nos possibilita pensar o processo de decisão sobre um conflito e as conseqüências desencadeadas por eles. Trata-se de uma realidade que precisa de atenção. Encontramo-nos em um cenário onde a indústria, bem como os grandes usuários de água na RMRJ, encontram-se em situação privilegiada na tomada de decisões – se comparado ao cidadão comum que mora na periferia da RMRJ. Todos os aspectos abordados acima revelam a necessidade de recuperar os ecossistemas, empoderar os movimentos sociais e garantir o protagonismo da gestão participativa.

Referências Bibliográficas

Comitê de Bacia da Baía de Guanabara. Disponível em: <
<http://www.comitebaiadeguanabara.org.br/>>

COSTA, M. A. M. **Os fluxos de água na metrópole: usos múltiplos e gestão participativa na Baía de Guanabara.** Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional. UFRJ, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social - Teoria, método e criatividade.** 21ª Edição, editora Vozes. Petrópolis, 2002.

Oferta e abastecimento de água. Disponível em: <
<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/analise/Geral.aspx?est=7&mapa=plan>> Acesso em 02 de julho de 2015.

SWYNGEDOUW, E. **Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power.** Oxford Geographical and Environmental Studies. Oxford, 2004.